

## 4

**Considerações finais: a complexa (re)produção da identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro**

Algumas questões encontram-se mais encobertas e dificultosas que antes. Tratar de identidade territorial e de migração é tratar de correspondentes suscetíveis a inúmeras variantes em que o real escapa espontaneamente. “Vivem em nós inúmeros; se penso ou sinto, ignoro. Quem é que pensa ou sente. Sou somente o lugar. Onde se sente ou pensa” (REIS [PESSOA], “Vivem”, 2012, p. 118).

Todavia, o português no Rio de Janeiro não está ausente de territórios portugueses, de informações de/para Portugal ou, ainda, desprovido de sua cultura. Na oportunidade em que falar de identidade era falar de raízes, de *raigambre* (conjunto de raízes unidas e trabalhadas entre si) e território, hoje dizer identidade implica também falar de migrações e mobilidades, de redes e fluxos, de instantaneidade e desencaixe (BARBERO, 2002a, n° 64). O impedimento em desarticular esses termos entre si é cada vez mais nítido. Portanto, não há migração que despreze identidade. Não há identidade que se sustente nas migrações.

Na medida em que não desejamos desvincular tais indicações, toda análise no plural (territórios, identidades, migrações) nos parece válida; adotamos o múltiplo em detrimento do unitário. “A dimensão multi-identitária (...) não está isenta de tensões e contradições” (FONT, RUFÍ, 2006, p. 39). O movimento e multiplicidade anulam qualquer lógica que tente reduzir tudo ao mesmo. Os encontros incompletos definem mínimos, limiares para novas aberturas e possibilidades não experimentadas (CHAMBERS, 1995).

A identidade não é feita de compartimentos, não se divide em metades, nem em terços ou zonas estanques (...). E não é que eu tenha várias identidades: tenho apenas uma, produto de todos os elementos que a configuraram mediante uma “dosificação” singular que nunca é a mesma (FONT, RUFÍ, 2006, p. 40).

Para a globalização, os lugares são pontos de territorialização, materialização (CASTELLS, 2002, p. 374). Há também os que reconhecem a identidade como um momento de consciência, episódico, fugaz (IANNI, 1996).

Entretanto, a ela pode ser diferenciada, múltipla, contraditória, em movimento: “essa consciência-em-si está sujeita a transfigurar-se em algo diverso, quando se forma a consciência-para-si” (IANNI, 1996, p. 15).

O português no Rio de Janeiro, por definição, é hoje o produto das migrações de todos os momentos históricos, desde a descoberta até a contemporaneidade. São estes portugueses que (re)produzem a própria maneira de se caracterizar. E, aos portugueses, entendemos que devemos somar à identidade territorial os luso-brasileiros que no devir territorializam Portugal. Se estes se identificam como portugueses ou se possuem direitos de cidadão português, ou, ainda, se exercem territórios portugueses, não diferem tanto do grupo, senão no Estado de nascimento. “Identificar-se implica sempre identificar-se com, num sentido relacional, dialógico, e a identidade (...) é sempre múltipla e/ou está aberta a múltiplas reconstruções” (HAESBAERT, 2007, p. 42).

A identidade territorial só se efetiva quando um referente espacial se torna central para a identificação e ação política do grupo (...) apropriação [que] é vista em primeiro lugar a partir da filiação territorial (...) de acordo com as estratégias políticas em jogo, muito além do simples jogo “tradicional” das identidades territoriais “encaixadas” que caracterizam o mundo (...) moderno (HAESBAERT, 2007, p. 45).

“A categoria da identidade não é, ela própria, problemática?” (HALL, 2011a, p. 84). E, por ser deveras problemática, adotamos uma estratégia para buscar a tão questionada identidade territorial portuguesa. Assim, diante da crise da identidade, do deslocamento ou descentração do sujeito através do duplo fenômeno, seu lugar social e cultural quanto de si mesmo (HALL, 2011a), ou, ainda, da “celebração móvel” formada e transformada continuamente e diante do sujeito que assume as diferentes identidades para os diferentes lugares aos quais por ventura se desloca o que recusa uma identidade unificada (HALL, 2011a), considerando essa busca parte de um “jogo das identidades” que é factível, já que a identificação não é automática, pois se pode ganhar ou perder, portanto é um tornar-se (HALL, 2011a).

E neste jogo em que estabelecemos ser a identidade territorial uma resultante, notamos que há elementos fundamentais para discutirmos o tema. Portanto: território, comunicação e cultura são, sob nossa ótica, o trinômio da

questão. Neste sentido, entendemos que o direcionamento teórico desta dissertação passa por uma justificativa de si própria, ou seja, a urdidura em que foi proposta carece de algumas pontuações.

Conforme Boaventura Santos (apud HAESBAERT, 2012, p. 150), “as identidades são identificações em curso”; “plurais (...) são também dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções”, e para que a diferença e a identificação existam, ou não teríamos português no Rio de Janeiro, há hierarquias e um processo de negociação.

A identidade depende e vive de reconhecimento dos outros, se constrói em diálogo e intercâmbio, já que os indivíduos se sentem depreciados ou reconhecidos pelos demais. A identidade se constrói com a negociação do reconhecimento pelos outros (BARBERO, 2002a, n° 64). Entre Brasil e Portugal, essa negociação adquire mais elementos que a complexificam. O jogo entre/de identidades adquire maior complexidade, pois “ora atribuem a Portugal um excessivo peso na formação do Brasil, ora enfatizam o esquecimento das raízes culturais e a subalternidade atribuída às suas origens primeiras” (CUNHA, 2007, p. 201).

Tratamos sempre por negociação, uma vez que há território e, portanto, relações de poder. A já complexa negociação entre dois países é composta por fatores que surgem com o fenômeno migratório, já que negociar identidades entre dois países já preestabelece desterritorialização em algum local de encontro de ambos. A relação entre portugueses de gerações distintas no Rio de Janeiro pode ser interpretada como um jogo de relações de poder, ainda que uma não queira sobrepor a outra, em termos de territorialidades, de encontro e convívio em espaços comuns; este fato pouco ocorre ou é exceção em todos os vértices do trinômio proposto. A “reinvenção de si mesmos e de reconstrução de referências, a partir da soma de velhos e novos vínculos (mantidos com sua terra natal ou que estão sendo criados em um novo espaço – o da migração)” (PETRUS, 2005, p. 328) é também, no caso luso, uma realidade.

Conforme já exposto, o migrante do segundo momento, os jovens, não reconhecem os velhos/tradicionais nas mesmas territorialidades, usos, redes de informação e cultura portuguesa. Há territórios, comunicações, culturas, ambas portuguesas, que por ora percebem-se vindos do mesmo Estado-nação.

Se propomos identidades portuguesas, o ponto de viragem em Portugal

para construção do outro e do reconhecimento da diferença “se encontra entre Nós, dá-se com o regresso dos portugueses e luso-descendentes” (CUNHA, 2007, p. 196). Sendo o Brasil “um país adolescente. Um país em crise de identidade, que ainda não percebeu que é formado por um conjunto de outros” (MUNDURUKU, 2012, p. 15), é nesta formação que a identidade portuguesa vive hoje. O português no Rio de Janeiro não poderá desconhecer que aqui os territórios luso-descendentes são também “Portugais”, tendo em vista que Portugal nem sempre foi um termo transcendente à estreita faixa ocidental da Península Ibérica.

Neste sentido, a complexidade estabelecida para a identidade territorial portuguesa hoje, no Rio de Janeiro, requer preocupações cada vez menores com o que é identidade, mas sim do que fazer com a identidade (HAESBAERT, 2011a).

As identidades, sejam singulares ou plurais, são sempre um progresso, movimento, o que significa estarem em construção ininterrupta, nunca fixas, constantemente em recontextualizações, mesmo que conflitantes e contraditórias, pois são sempre decorrentes da relação com o outro, em indicadores de pertença muitas vezes associados à reivindicação de uma origem de território, cultura e língua comum. (CUNHA, 2007).

Neste sentido, a investigação sobre a identidade se baseia, sob a permanente transformação da sociedade e dos migrantes inseridos nesse jogo, na certeza de que avaliar ou caracterizar uma identidade, deve ser uma ação atrelada à análise da conjuntura, dos momentos e relações bem particulares, senão estaremos equivocados diante dessa temática.

O português Eduardo Lourenço pensa que a “definição de identidade sugere-nos a imagem do labirinto” (SOARES, 2002, p. 201). Na ausência de diálogo entre os dois países, ou na ausência de satisfatórias relações, verifica-se um “diálogo de surdos institucional”, já que há um ressentimento e invisibilidade, uma desfocagem de visões dos dois lados.

Assim, temos mais uma variante para essa identidade que também há de lidar com um recalque do discurso brasileiro, de ato fundador português, através da rasura consciente ou inconsciente das raízes lusitanas. Ou ainda, do lado português, em insistir no mito da fraternidade luso-brasileira ou na imagem extravagante, exótica que se tem do Brasil, fazendo com que ambos os discursos soem nitidamente dissimétricos.

(...) a questão de “identidade” é permanente e se confunde com a da sua mera existência, a qual não é nunca um “puro dado”, adquirido de uma vez por todas (...) [Em suma] “identidade” não é um mero dado mas construção e invenção de si. Quer dizer, ao mesmo tempo, a possibilidade ou ameaça de desconstrução (LOURENÇO, 1988, p. 9, apud SOARES, 2002, p. 204).

Todavia, a identidade que buscamos não requer certeza, ausência de embates. Os discursos e as relações são mesmo conflitantes, e justamente por isso a relação deve então permear um todo, um complexo de considerações que se aproxime do real e das dificuldades existentes, de fazer notar que é na impossibilidade da certeza e das relações clarificadas que o termo identidade é construído.

Sempre o impossível tão estúpido como o real,  
 Sempre o mistério do fundo tão certo como o sono  
 de mistério da superfície,  
 Sempre isto ou sempre outra coisa ou nem uma coisa nem outra  
 (CAMPOS [PESSOA], “Tabacaria”, p. 69-70).

Assim, adotamos algumas considerações teóricas que possibilitam refletir sobre essa identidade que buscamos sob a luz do paradigma da complexidade (MORIN, 1989, 1990, 1997). Em princípio, “Se optarmos por uma problemática relacional, é porque pensamos que as relações são capazes de tornar inteligíveis (...) suas manifestações espaciais. A existência é tecida por relações, é um vasto complexo relacional” (RAFFESTIN, 2011, p. 27).

Como descrever a identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro? Quem é este português e este carioca hoje na cidade? Na tentativa de estabelecer algumas considerações sobre estas questões, percorreremos nesta dissertação um caminho que consideramos mais relevante do que exatamente produzir as respostas. Nesta investigação, vale mais o movimento da busca do que a produção de resposta, pois as respostas podem mudar de acordo com as novas questões colocadas; já o caminho não, pois a busca pela identidade territorial do português mantém-se.

Em que medida está essa apropriação de espaço pelo grupo na cidade do Rio de Janeiro? E como compreender discrepantes grupos, momentos migratórios,

particularidades que a cidade de acolhimento proporcionou. Por essa relação dialética da identidade portuguesa no Rio de Janeiro é que estabelecemos a noção de (re)produção, por conter proporções que assumem a identidade portuguesa que buscamos não apenas contida em Portugal, por haver participação de gerações luso-descendentes, por ser contraditória entre os portugueses que aqui estão. Enfim, porque a busca da identidade é também a busca por reflexão da realidade.

Os elementos para a busca dessa identidade (territórios, comunicação e cultura) não poderiam ser percebidos em caixas organizadoras, já que a relação organizadora é terrível contra a excelência e complexidade do tema. Assim, a relação da busca pode também conter uma armadilha paradigmática, pois, se nos ativermos aos elementos apenas disjuntos, observaremos sempre certezas virtuais. Se adotarmos a pretensão de analisar a totalidade (além de não avistar sua finitude, se é que existe), cairemos no ponto de que o todo não é um saco (MORIN, 1990).

Portanto, como permitir uma análise fragmentária e simplista? Devemos dispor de um método complexo (MORIN, 1989,1990, 1997) e, ao mesmo tempo, manter-nos cientes do não cumprimento dessa totalidade, da ausência de uma resposta

O método da complexidade não tem por missão encontrar a certeza (...) deve constituir um pensamento que se nutre de incerteza (...) evitar cortar os nós górdios entre objecto e sujeito, natureza e cultura (...) vida e pensamento (...) é a reivindicação vital do direito à reflexão (...) substituir a euforia de um conhecimento incapaz de se conhecer a si mesmo pela investigação inquieta de um conhecimento do conhecimento (MORIN, 1989, p. 13-14).

Por pensamento complexo se entende a busca de um pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, de saber que as determinações (cultural, social, histórica) impostas ao pensamento codeterminam o objeto do conhecimento (MORIN, 1989). Igualmente, em Morin (1997) a teoria unitária evita as disjunções entre os saberes separados subordinados à simplificação. Optamos por fugir do saber particular e limitado de uma ideia geral e abstrata. Pensa-se em situarmos nossas ideias “entre o luto e a investigação dum método capaz de articular aquilo que está separado e de unir aquilo que está dissociado” (MORIN, 1997, p. 19).

Quando nos direcionamos para a junção dos luso-descendentes como

portugueses em igual importância, esta proposta requer articular o separado: os migrantes do primeiro momento, os pais e avós destes descendentes, com os migrantes jovens do início do século XXI. Não queremos que todos participem dos mesmos territórios portugueses, mas que, no futuro, cada vez mais presente, os portugueses descendentes conduzam os tradicionais territórios portugueses com vista às novas importâncias da identidade territorial portuguesa.

Em entrevistas realizadas com o presidente de uma Casa Regional, essa percepção é nítida. É política da atual administração inserir jovens descendentes na diretoria para que prossigam com a Casa, saibam lidar com o futuro da comunidade portuguesa na cidade, apesar do pessimismo incontornável que ronda algumas administrações (BOAVENTURA, E. Entrevista concedida a Luiz Eduardo M. de Azevedo. Rio de Janeiro, 8 mai. 2013). A esperança é sempre o futuro. O futuro que trará emergências em meio às incertezas.

(...) hoje só podemos lançar-nos com a incerteza, inclusive a incerteza sobre a dúvida (...) a nossa necessidade histórica é encontrar um método capaz de detectar, e não de ocultar, as ligações, as articulações (...) implicações, as imbricações, as interdependências e as complexidades. Temos de partir da extinção das falsas clarezas (MORIN, 1997, p. 19).

A outra questão que existe na discussão das Casas regionais, e por isso a contraposição entre casa e Casas, pois nesta primeira Casa notamos uma falsa evidência, um reducionismo da identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro. O discurso amistoso de que a cidade do Rio de Janeiro é portuguesa poderá atirar os portugueses a qualquer “todo”, entretanto este “saco do todo” não compreende a totalidade complexa que a questão carece.

Se prosseguimos com estes mesmos modelos existentes, associando os territórios portugueses às Casas e a toda cidade do Rio de Janeiro (o que não deixa em nenhum momento de ser), estaremos apenas aceitando uma condição que merece uma tomada de consciência e corriqueiras atualizações, ou estaremos associando o português ao “portuga” dos anos 1950/1960. Faltam-lhes consciência sobre a modernização de Portugal.

(...) aquilo que tomamos consciência não foi a ignorância humana em geral, foi a ignorância escondida e dissimulada (...) no seio do nosso conhecimento considerado como o mais certo de todos – o conhecimento científico. Sabemos agora que este conhecimento é mal conhecido e conhece mal, que é fragmentário e que ignora aquilo que desconhece e aquilo que conhece (MORIN, 1997, p. 19).

Aceitar a confusão pode ser um modo de resistência à simplificação mutiladora, e, mais uma vez, evocamos as virtudes da confusão incerta e as da incerteza da confusão. Ainda que aceitar a confusão possa soar como facilitador, já que aceitar qualquer um dos lados é cômodo justamente pelo aceite, devemos contrabalancear e admitir que essa postura não invalida nossa permanência em prosseguir na aceitação da confusão, uma vez que, além de nos esforçarmos em debater a confusão nas linhas deste presente capítulo, e tangencialmente durante todo o trabalho, também deixamos claro nosso posicionamento, que se aproxima mais da “boa desordem” gerada por essa mesma confusão, pois pensamos que ainda assim é menos facilitadora que aceitar a ordem. Entre aceitar ordem e desordem, confusão e certeza, adotamos a desordem e a confusão. Prosseguimos na confusão, já que a nossa viagem neste trabalho busca fugir do ciclo vicioso, assim como “a palavra *trip* indica, significa experiência, donde volta mudado (...) então o círculo terá podido transformar-se numa espiral onde o regresso ao começo é, precisamente, aquilo que afasta do começo” (MORIN, 1997, p. 25).

Se considerarmos que “o que aprende a aprender é o método” (MORIN, 1997, p. 24), afirma-se na origem da palavra método o seguinte significado: “temos de aceitar caminhar sem caminho, fazer o caminho no caminhar” (MORIN, 1997, p. 25), e para isso há essa gênese durante a investigação, e que, depois do momento em que temos um novo ponto de partida, percebemos que “os métodos vêm no fim” (NIETZSCHE apud MORIN, 1997, p. 25).

O novo ponto de partida, para compreender o português hoje na cidade do Rio de Janeiro e não considerá-lo somente como europeu da migração mais recente e tampouco considerá-lo como aquele do Portugal aldeão, mas compreender que sua expressão, seu Portugal se produz cá, independente da origem, o presente é Rio de Janeiro, e o caminho é sobre a cidade em tela, sobre o território, a comunicação, a cultura. Diante disto, e por identidade, avaliamos ser justamente aquilo que se faz com a identidade (HAESBAERT, 2011a). A busca pela identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro é mais um instrumento de aberturas para pensarmos o devir nesta busca.

Portanto, fugidos do reducionismo do território Estado-nação Portugal, a cidade do Rio de Janeiro, ainda que não possamos desconsiderar esta concepção de território clássica – Portugal –, dirigimo-nos também a esse território como

uma permanente busca que não permita mais o esquecimento de suas interações, como um sistema complexo, tecido junto e em comunhão com aquilo que pensamos ser a identidade territorial portuguesa, portanto junto aos seus formadores: território (nas relações de poder e dos espaços usados) e as territorialidades, a comunicação entre (os/dos) portugueses para com seus pares, que, em associação com o território Brasil/Rio de Janeiro, formulam territórios-rede diversos, além da cultura que em Portugal ou nos territórios portugueses é igualmente produção de cultura portuguesa e, portanto, identifica portugueses. Assim, essa complexidade é a maneira que percorremos para buscar as identidades territoriais.

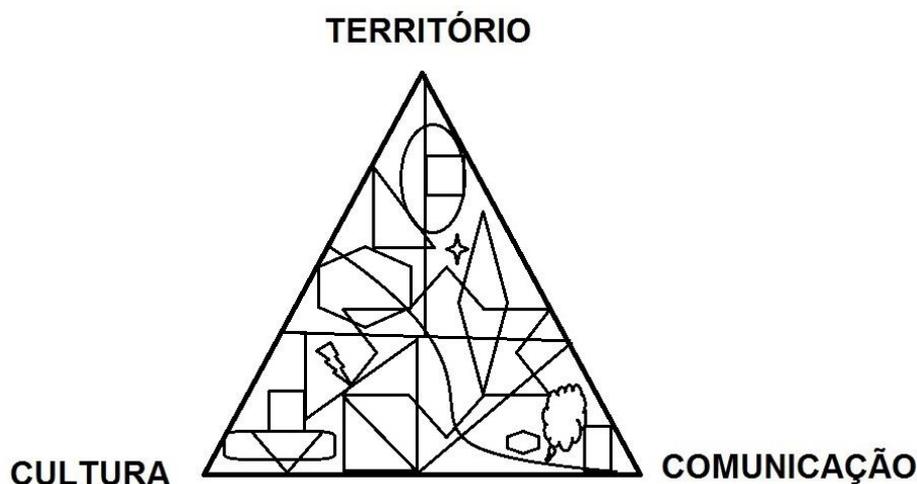
A identidade que se busca não é uma entidade inalcançável. Essa identidade estaria mais próxima à inalcançável busca de uma identidade do que da própria resultante do que realmente seria essa identidade. Neste sentido é que valorizamos o movimento da busca, o caminho que estabelece o ser português hoje no Rio de Janeiro.

A tentativa de estabelecer uma exemplificação do que anunciamos com a identidade territorial portuguesa (figura 24) é uma tentativa de aproximação, ou uma maneira de visualizá-la enquanto uma forma disforme, ou seja, que não obedeceria apenas a uma única forma, mas que obedece a deformação, a capacidade em alterar-se diante daquilo que a forma. Portanto, estas possibilidades formam a transformação, a metamorfose, o efeito de transformar-se sobre si, a (re)produção cunhada.

Portanto, o alterar, que pode ser explicado como a busca da identidade territorial, ou a des(re)territorialização é a qualidade segura desta correlação, a certeza da incerteza. Neste raciocínio altera-se o sistema, pois em sua (re)produção os componentes deste sistema (que são também a busca da identidade) voltam-se sobre si, pois nisso está a emergência e as perdas; quando há nova rede de comunicação, novo território, nova cultura, todos incidem e permitem que determinada forma se torne a única possível de formalizar algo, ou seja, que, mesmo com tantas reformulações, encontremos sempre esta última forma ( um momento – como a identidade do português no Rio de Janeiro, hoje. É única, mas não está impedida de reformulações com o passar do tempo) que retratamos entre as tantas possibilidades. Trata-se, portanto de não abreviar a

capacidade interpretativa, de conceber o “s” do plural, do múltiplo, de obter consciência de que o analisado é o conjunto/conjuntura deste momento descrito.

Figura 24: O sistema ou as formas da identidade territorial portuguesa.



Fonte: AZEVEDO, 2013.

Deve-se atentar para o fato de que a globalização auxilia-nos nesta análise, pois atua e coloca a identidade (ou a busca desta) através do território “des”, “re” e múltiplo, da comunicação e suas discrepantes formas de tratar uma única questão, da cultura (híbrida, homogeneizante, *West versus Rest* estigmatizada (HALL, 2002), Sul *versus* Norte e até português *versus* “portuga”) no jogo de negociação que chamamos de busca.

Se insistimos em lidar com formas (o trinômio), não devemos olvidar que esta se desenha complementar e contraditória entre seus elementos. Complementar porque não teríamos, ou pensamos que não conseguiríamos buscar a identidade sem estes elementos. Contraditória, ou que fornece oposição entre os elementos, pois no embate entre eles notamos supressão nesta relação.

Ainda que o sistema complexo admita esta conjuntura, destacamos que a diminuição ou eliminação (jamais total, justamente para sua sustentação) de um deles invalidaria nosso esforço em refletir sobre todos e ao mesmo tempo cada um destes, necessariamente sobre os três aspectos, já que o desligamento de um inviabiliza o trinômio, ou deveríamos retomar o trabalho de outro ponto. É assim, neste confronto entre o que complementa e o que é contrário, que teremos as formas identitárias.

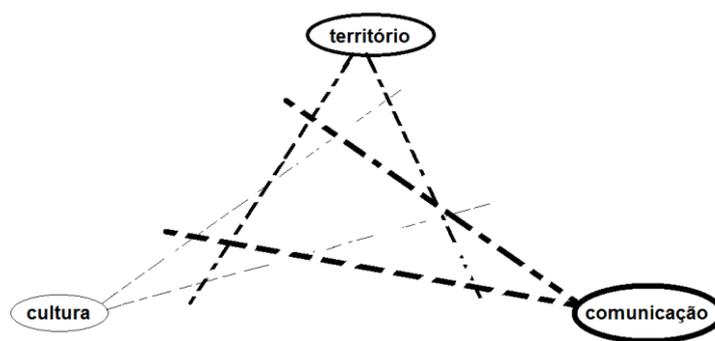
A identidade territorial é então a concepção de que estariam entre os três elementos expostos, de maneira que não ignora nenhum dos três pontos, todos estão presentes em maior ou menor grau de relevância sob qualquer forma que possamos retirar deste esquema.

Retornando à ideia da oposição entre os termos, devemos perceber que, se associarmos apenas um ou dois destes elementos, não obteremos grande relevância, pois apenas entre dois elementos as partes não permitem mais do que um ponto na reta, o que confere a análise da identidade em outra dimensão, já que pretendemos evitar a linearidade.

Notamos que o esquema com três variantes apresenta outra dimensão. Ou seja, se consideramos três elementos, possibilitamos maiores esclarecimentos. No esquema a seguir (Figura 25), percebemos que essa perspectiva, de outros pontos para além da reta, na realidade não quer dizer exatamente a descoberta de algo novo, apenas que a capacidade interpretativa recebe nova alteração.

O que pretendemos é avançarmos nossa interpretação a uma dimensionalidade de fuga da linearidade, diante da possibilidade complexa da *unitas multiplex* (MORIN, 1990), construção tecida em conjunto que nos proporciona as múltiplas formas verificadas na figura 23, esse então produto da figura 25.

Figura 25: Outros pontos para além da reta.

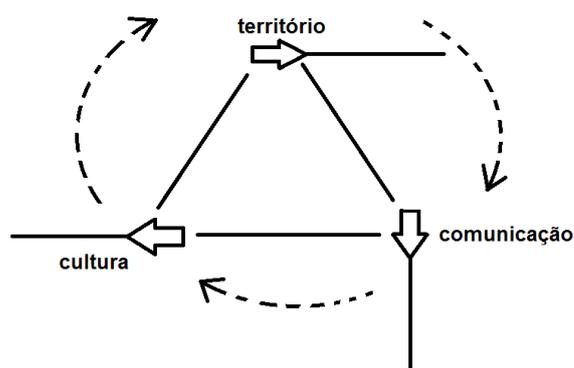


Fonte: AZEVEDO, 2013.

Assim, a busca pela identidade estaria mais bem interpretada através destas ideias, dos três elementos, pois, com a retirada de um, retiramos a possibilidade de formular estas capacidades anteriormente elegidas. E parece-nos que a identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro tem mesmo esta feição

de cada vez mais ser percebida sem transformações ou sem complexidade. Do contrário, na possibilidade de situarmos a identidade fora dos três elementos (figura 26), não concorreríamos a um sistema, uma organização, pois esta possibilidade ignora a dimensão obtida através da organização dos elementos. Diante do próximo exemplo, notamos que esta consideração é reducionista para tratar do tema, não nos permite avançar.

Figura 26: A fuga de um trinômio ou a identidade linear.



Fonte: AZEVEDO, 2013.

Assim, não há congregação dos elementos e tampouco capacidade para superá-los. Estaríamos aprisionados a polaridades entre pares comunicantes, de baixa ou reduzida renovação, (re)produção.

Considerando a construção dos pares teríamos: a identidade apenas entre território e cultura é um modelo inviável, pois não há território e cultura que não se comuniquem, que não necessitem de um componente comunicacional. Se entre território e comunicação, é igualmente impossível, por não existir um ambiente sem carga cultural, já que entre um território e suas relações de comunicação o conteúdo que produz sentido é algo que transparece, sobressai ao território via comunicação. Este algo pode ser um produto cultural. Se apenas comunicação e cultura forem associados, percebemos que a cultura se comunica a partir de um local, de algo materializado; há sempre um ponto no espaço de onde se fala e se representa, além dos territórios que já carregam elementos culturais por seus grupos sociais, como forma de controle e poder (HAESBAEERT, 2001). “Não há território sem que exista algum tipo de identificação e valoração simbólica do

espaço por quem habita, por quem o reproduz” (HAESBAERT, 1999).

Por essas motivações é que propomos as várias formas no interior do quadro. As muitas maneiras de se apresentarem são características advindas dos muitos olhares, momentos, aproximações a um elemento específico. São especialmente as novas formas (mais de uma) para retratar a mesma identidade, só que agora do português cá – por serem construídas, reproduzidas pelo híbrido ou pelo múltiplo.

Na interpretação da nova forma (ou de uma delas, uma das possibilidades), esta, quando interpretada, não deve ser “jogada” a parâmetros de comparação que não disponham dos mesmos elementos e princípios conhecidos, ou sob análises de condições anteriores que tentem encontrar algum enquadramento, pois é comum equiparar estas “novas identidades” a velhas formas desvinculadas no novo/outro momento em que estas novas formas derivaram, ou seja, muda a forma de interpretar uma questão por já não se terem mais as condições e tempos de outrora para reduzi-las a comparações equivocadas, pois mudou aquilo que se entendia por identidade.

“As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SOUZA SANTOS apud CRUZ, 2007). Assim, necessitamos de outra caracterização/compreensão para novas/outras formas. É insustentável analisar, pensar ou ter o português no Rio de Janeiro como fruto de determinada relação que não ocorra só cá, no Rio de Janeiro (e ainda assim é única por acontecer aqui), mas é uma construção nova que produz uma nova identidade, permanentemente reproduzida, pois estas novas formas tornam-se únicas, e entre todas as possibilidades mundo afora não deixam de ser identidade portuguesa como as outras reterritorializações portuguesas; mas portuguesa e carioca só é possível em um único território.

Não há inovação nesta consideração, porém, sobre o todo Portugal e sobre o todo Rio de Janeiro, há novas formas, novas identidades territoriais portuguesas que se reproduzem no sistema, assumindo agora um grau maior de complexidade.

Podemos nomear de “português-carioca” a nova identidade portuguesa no Rio de Janeiro, uma resposta à busca, uma proposta realizada no Rio de Janeiro que é produto da des(re)territorialização e pode ser advinda tanto do primeiro quanto do segundo momento, considerados neste trabalho, que juntamente com os

luso-descendentes produzem o carioca-português, que irá contrapor todas as outras identidades portuguesas anteriores, uma espécie de (devir)território que confirmará o termo (re)produção.

No retorno da busca pelas identidades diante do modelo (figura 24), o que se quer pensar é na possibilidade que temos de verificar que estes pontos elencados são promotores da identidade que colocamos como uma opção, uma tentativa de responder a questão inicial: Quem é o português hoje no Rio de Janeiro? Ainda que não possamos alcançar a completude, exercitamos uma capacidade de debate em torno da questão reformulando ainda alguns argumentos, sempre na busca ou em prol do sistema complexo.

Considerando território, comunicação e cultura e a complexidade desta relação, podemos constatar algumas relações. O território comunica a cultura (as Casas regionais, as festas, a residência do português), produto do movimento de des(re)territorialização. O território cultiva a comunicação. Os instrumentos, os veículos de comunicação próprios da comunidade portuguesa (e até os *mass media*) atuam como um culto no sentido de serem viabilizados nos territórios portugueses na cidade, no sentido de perpassar dos veículos de comunicação nos territórios portugueses.

A comunicação cultua o território. O movimento dos veículos de comunicação (jornais, programas de rádio e televisão) divulgando Portugal no Rio de Janeiro, atuando como elementos de reconhecimento dos espaços (territórios físicos, e também no ato de ocupar os espaços nos meios de comunicação, nos veículos) para lembrar Portugal. A comunicação territorializa a cultura. Através dos mesmos veículos, apresentam-se e cativam-se, entre a comunidade luso-brasileira e brasileira em geral, “as coisas de Portugal”, ou seja, ocupam-se espaços na mídia com a cultura portuguesa, representando-a no substrato físico da culinária, da música, das festas etc. A cultura territorializa a comunicação. No uso dos símbolos, na capacidade máxima que tem de representarem Portugal, nos três “efes”, pois a cultura utiliza-se de um determinado território para comunicar Portugal aos outros e aos portugueses, e para isto se utiliza do poder simbólico. A cultura comunica o território através da gastronomia, do turismo, do futebol, da música, que são os instrumentos culturais portugueses que promovem, através destes elementos e também de seus símbolos, um pedaço de Portugal para o mundo, ou, ainda, possibilitam representar os territórios portugueses fora do país.

Portanto, a essa “nova/outra” identidade que advém destas interações preferimos chamá-la apenas “outra”, pois, advinda de tantas possibilidades de novas formas, não asseguraríamos exatamente de qual nova forma podemos estabelecer considerações particulares até que possamos chamar exatamente uma dentre tantas pelo nome próprio. Ou, ainda, chamamos de “nova” por tornar-se nova, diante da possibilidade da reprodução e da capacidade do prefixo “re” de fazer ascender esta emergência.

Notamos também que não se trata de uma territorialidade transplantada, e também não é difusa; seriam identidades e, destas muitas identidades, boa parte adotada pela conjunção de fatores que nos leva a escrevê-las como devir-territorializadas.

Diante do que apresentamos como busca pela identidade, este movimento, devemos assinalar que confere uma busca do tempo hodierno e ao mesmo a busca da própria identidade (ambas jamais desassociadas, pois são inevitáveis contemporâneas das primeiras décadas do século XXI), estando em permanente reprodução intrassocial (MORIN, 1990). A identidade, neste entendimento, “opera revoluções, que produz evolução, que é simultaneamente a ruptura da repetição por surgimento do novo e reconstituição da repetição por integração do novo”. O “RE espiral é simultâneo da reiteração, do recomeço, da deslocação e derivação, da transformação e do desenvolvimento”. O “re” deve ser repetição, cópia e também reorganização, reprodução. Opera circuito e troca passado/presente/futuro. O jogo das interações, por serem ações recíprocas e modificarem o comportamento de elementos ou fenômenos, promove, dentre outras características, condições de inter-relações (ligações e combinações, diálogo), originando fenômenos de organização. Assim, para obtermos organização, é preciso interações. E a partir dos encontros teremos interações (MORIN, 1997).

A desorganização não é o inverso da organização: “a organização não é a desorganização em sentido inverso” (MORIN, 1997, p. 93). É mais complexo do que isso. A identidade do português, a busca que foi estabelecida, não se alimenta de uma desorganização frente ao estado organizacional das coisas e dos territórios.

Diante do entendimento de organização na natureza, não existe um princípio *sui generis* de organização ou organotropia que provoque um sentido de

reunião aos elementos para formalizarem um determinado sistema. Não há este princípio sistêmico anterior e exterior às interações. O que há são fenômenos de interações, formando inter-relações, tornando-se organizacionais (MORIN, 1997). Se há um princípio, este advém dos encontros aleatórios, na cópula da desordem com a ordem, na mudança de forma (THOM, 1972, apud MORIN, 1997). Portanto, a organização transforma, produz, liga e mantém. Existe uma reciprocidade circular entre inter-relação, organização e sistema.

Os elementos que participam de um sistema, ou os elementos atribuídos para buscarmos a identidade territorial do português na cidade do Rio de Janeiro, são transformados e sofrem com as aquisições e perdas qualitativas e, “em primeiro lugar, em partes dum todo. Desembocamos num princípio sistêmico-chave: a ligação entre a formação e a transformação. Tudo aquilo que forma transforma” (MORIN, 1997, p. 112).

Interpretar a busca da identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro através do princípio da complexidade parece-nos transitório, por ser um conhecimento refletido, meditado, discutido, incorporado, capaz de se autointerrogar, estimulando a transformação do pensamento na novidade que se manifesta como desvio. A consciência que deve revelar as dificuldades e sua complexidade respeita o “multi” que comporta o princípio da incerteza, da compilação e da organização que constitui unidade e multiplicidade, e que na complexidade lógica da *unitas multiplex* exige-nos que não dissolvamos o múltiplo do uno, nem o uno do múltiplo. No princípio hologramático do retorno do observador, a sua observação, a complexidade não pode ser escamoteada no nível dos fenômenos, e por isso o paradigma do sistema – o todo não é um saco (MORIN, 1990). O sistema é uma diversidade interna e uma unidade da diversidade que não só fornece uma cultura-identidade comum a indivíduos diversos, mas também permite por esta cultura o desenvolvimento das diferenças (MORIN, 1997).

Ressaltamos também a relevância do método gerado pela teoria que a regenera, que é produto da relação recorrente entre método e teoria. A teoria só pode conservar a complexidade à custa de uma recriação intelectual permanente. A teoria entregue a seu peso tende a achatar-se, simplificar-se (MORIN, 1990).

E, sobre a busca pela identidade territorial portuguesa no Rio de Janeiro, consideramos essa teoria que adota os elementos e as questões apresentadas, uma

vez que concordamos com esta recriação permanente. As novas, ou as “outras” organizações promovidas por este trabalho, diante dos territórios, da comunicação e da cultura assim atuam. Produzem e (re)produzem as identidades, organizam e desorganizam os processos do trinômio. “A organização liga, transforma, produz, mantém. Liga e transforma os elementos num sistema, produz e mantém este sistema” (MORIN, 1997, p. 125).

Consideramos sempre o “re” ante a revolução que este prefixo provoca na nossa leitura. O “re” comporta ao mesmo tempo ressurgimento no passado, produção ou reprodução do presente e disposição de um futuro, por isso:

(...) é sempre um retorno para trás no passado, que ressuscita este passado no presente, e por isso mesmo o catapulta em direção ao futuro (...) no próprio núcleo da complexidade do RE que, no seu carácter actual, ininterrupto, é retorno ininterrupto em direcção ao passado (*retro*), e devolução ininterrupta em direcção ao futuro (*meta*), e assim a roda gira no tempo, que faz avançar a roda... (MORIN, 1989, p. 316).

Portanto, “é certo que nos falta o método à partida; mas, pelo menos, podemos dispor do antimétodo, onde a ignorância, a incerteza e a confusão se tornam virtudes” (MORIN, 1997, p. 19).

Assim, a identidade (...) não deve ser concebida hoje como algo monolítico, mas como um fenómeno múltiplo, heterogêneo, multifacetado – e até certo ponto imprevisível – que problematiza e recompõe tradições. A identidade é algo que, em grande parte, constrói-se (FONT, RUFÍ, 2006, p. 39).

(...) mas as naus estão em mim,

E é sempre melhor o impreciso que embala do que o certo que basta,

Porque o que basta acaba onde basta, e onde acaba

não basta,

E nada que se pareça com isto deveria ser o sentido da vida...

(CAMPOS [PESSOA], “A casa branca nau preta”, p. 58).